

Freguesias

17. Propostas de atribuição de apoios financeiros a freguesias.

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

- a) **União de Freguesias de Lomar e Arcos**, no valor de 3 100,00€, para apoiar a “Colocação de abrigo de passageiros na Rua 5 de Outubro, na Ponte Pedrinha - Lomar”;
- b) **União de Freguesias de Morreira e Trandeiras**, no valor de 3 505,47€, para apoiar a “Requalificação da Sede da Junta de Trandeiras- Substituição do Pavimento em madeira no Palco – (Reforço de verba)”;
- c) **Junta Freguesia de Palmeira**, no valor de 6 088,50€, para apoiar a “Requalificação da Rua do Rio (Honorários/Projeto)”;
- d) **Junta de Freguesia de Esporões**, no valor de 9 010,81€, para apoiar “Trabalhos realizados no cruzamento da Rua 10 de Outubro com a Rua da Graciosa”.

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: MORREIRA E TRANDEIRAS– Atribuição de Subsídio para «Requalificação da Sede da Junta de Trandeiras- Substituição do Pavimento em madeira no Palco – (Reforço de verba)»

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de MORREIRA E TRANDEIRAS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação da Sede da Junta de Trandeiras- Substituição do Pavimento em madeira no Palco – (Reforço de verba)»,** devido à escassez de matéria Prima e ao aumento dos Combustíveis, apresentou a respetiva consulta do mercado, tendo sido verificado que a mais vantajosa é superior ao valor que lhe foi atribuído. Poderá ser analisado no Doc. nº E/38933/2023.

Considerando que a Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação apresentada, no valor de 3 505,47€, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando que foi atribuído e aprovado pelos Órgãos Autárquicos do valor de 60 406,33€.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União das Freguesias de MORREIRA E TRANDEIRAS no valor de 3 505,47€** (três mil quinhentos e cinco euros e quarenta e sete centavos), para **reforço de verba, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual**, acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) **Em 2023, um valor até 3 505,47€** (três mil quinhentos e cinco euros e quarenta e sete centavos)

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, **a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de MORREIRA E TRANDEIRAS.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de MORREIRA E TRANDEIRAS.

Braga, 23 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS NA RUA 5 DE OUTUBRO, NA PONTE PEDRINHA - LOMAR

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de LOMAR E ARCOS** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Colocação de abrigo de passageiros na Rua 5 de Outubro, na Ponte Pedrinha - Lomar** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Unidade de Apoio às Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 100.00€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de LOMAR E ARCOS no valor de 3 100.00€ (três mil e cem euros)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

a) Em 2024, um valor até 3 100.00€ (três mil e cem euros)

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de **LOMAR E ARCOS**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de **LOMAR E ARCOS**.

Braga, 21 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO RIO (HONORÁRIOS/PROJETO)

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **PALMEIRA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação da Rua do Rio (Honorários/Projeto)** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **6 088,50€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de PALMEIRA no valor de 6 088,50€** (seis mil e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2023, um valor até 6 088,50€ (seis mil e oitenta e oito euros e cinquenta cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **PALMEIRA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **PALMEIRA**.

Braga, 21 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: FREGUESIA DE ESPORÕES - TRABALHOS REALIZADOS NO CRUZAMENTO DA RUA 10 DE OUTUBRO COM A RUA DA GRACIOSA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **ESPORÕES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para **Trabalhos realizados no cruzamento da Rua 10 de Outubro com a Rua da Graciosa** tendo apresentado o respetivo orçamento e fatura.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **9 010,81€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de ESPORÕES no valor de 9 010,81€ (nove mil e dez euros e oitenta e um cêntimos)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2023, um valor até 9 010,81€ (nove mil e dez euros e oitenta e um cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **ESPORÕES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **ESPORÕES**.

Braga, 03 de julho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)